

3. O gênero historiográfico

3.1. A incansável busca pela “verdade” do ocorrido

“O que significa pensar historicamente e quais são as características exclusivas de um método especificamente histórico de investigação?”¹⁷⁷ A partir desta indagação, Hayden White inicia sua obra sobre a consciência histórica na Europa oitocentista. Para o autor, apesar da credulidade dos historiadores e filósofos do século XIX quanto à unicidade e autonomia da consciência e conhecimento históricos, os pensadores do século XX puseram por terra tal premissa:

Pensadores da Europa ocidental – de Valéry e Heidegger a Sartre, Levi-Strauss e Michel Foucault – tem plantado sérias dúvidas sobre o valor de uma consciência especificamente histórica, tem insistido no caráter fictício das reconstruções históricas, tem discutido o reclame de um lugar entre as ciências para a história¹⁷⁸.

Devido a essa desconfiança, White pretende abordar a natureza e a função do conhecimento histórico sob um novo ponto de vista e, para tanto, se propôs a analisar obras de historiadores e filósofos reconhecidos do século XIX – Ranke, Tocqueville, Burckhardt, Hegel, Marx, dentre outros –, no intuito de identificar os componentes estruturais destes relatos. Sua preocupação não se encontra em teorizar o conhecimento histórico, mas sim analisar as formas do discurso historiográfico. Ao reconhecer que a heterogeneidade da estruturação discursiva dos textos analisados, o autor passa a defender a criação de uma estrutura “ideal-típica”, através da identificação de características familiares dentre os inúmeros tipos de pensamentos históricos presentes durante o século XIX.

Uma vez elaborada essa estrutura ideal-típica, teremos um critério para determinar quais aspectos de qualquer obra histórica ou filosófica é preciso considerar com o intento de identificar os elementos estruturais exclusivamente seus¹⁷⁹.

¹⁷⁷ WHITE, Hayden. **Metahistoria**. La imaginación histórica em la Europa del siglo XIX. Tradução Stella Mastrangelo. México: FCE, 1992. P.13.

¹⁷⁸ Ibid. p.13

¹⁷⁹ Ibid.p.16.

White identifica quatro arquétipos, os quais, em sua opinião, determinam os diferentes tipos de efeito explicativo utilizado pelo historiador em sua narrativa. As estruturas foram baseadas na obra de Northrop Frye, **Anatomy of Criticism**, e assemelham-se às estruturas narrativas de uma obra ficcional: romance, comédia, sátira e tragédia. O autor utilizará estas formas de relato para analisar as obras dos historiadores e filósofos supracitados, na tentativa de encaixá-los nesses modelos e demonstrar que a “invenção também desempenha um papel nas operações do historiador¹⁸⁰”.

Por exemplo, Michelet deu a todos os seus relatos a forma de romance, Ranke deu aos seus a forma cômica, Tocqueville usou o modo trágico e Burckhardt empregou a sátira. (...) O importante é que toda história, até a mais sincrônica ou estrutural, está tramada de alguma maneira¹⁸¹.

De acordo com Hayden White, o romance caracteriza-se pela transcendência do herói do campo da experiência, através de seu triunfo e liberação do mundo. O autor associa esta forma de relato à mitologia cristã e à defesa da vitória da virtude contra o vício, o exulto do bem contra o mal. A sátira, por sua vez, constitui-se como o oposto do relato romântico, uma vez que é dominada pelo medo quanto ao aprisionamento do homem ao mundo da experiência a partir da realização de sua incapacidade de transcendê-lo - “a consciência e a vontade humana tornam-se sempre inadequadas para a tarefa de derrotar definitivamente a força obscura da morte¹⁸²”. Comédia e tragédia são, para White, relatos capazes de escapar provisoriamente do fatalismo mundano apresentado pela sátira. A comédia representa esse provisório escape através de que chama de “ocasionais reconciliações das forças em jogo nos mundos social e natural.¹⁸³” Para o autor os relatos sobre as festividades são o principal exemplo utilizado por um historiador cômico, na tentativa de conciliar as mudanças e continuidades do mundo social, como podemos perceber na citação a seguir:

¹⁸⁰WHITE, Hayden. Op.Cit. p. 18.

¹⁸¹ Ibid. p. 19

¹⁸² Ibid. p. 20.

¹⁸³ Ibid. p. 20

As reconciliações que ocorrem ao final da comédia são reconciliações de homens com homens. Homens com seu mundo e sua sociedade; a condição da sociedade é representada como mais pura, mais sã e mais saudável como resultado do conflito entre elementos que, ao parecer inalteradamente opostos ao mundo, revelam-se com o tempo harmonizáveis entre si (...) ¹⁸⁴.

Já na tragédia, o historiador não se utiliza das festividades para demonstrar a reconciliação do homem com o mundo em que vive. Há, em contrapartida, uma divisão entre a caracterização dos próprios homens, a qual distancia o leitor do personagem, o qual passa a ser concebido como uma forma decaída, corrupta da própria sociedade. A reconciliação, portanto, encontra-se na resignação do homem às condições do mundo: “os homens não podem mudá-las, mas sim trabalhar dentro delas. Elas estabelecem os limites dentro os quais se pode pretender e legitimamente propor, em busca de segurança e saúde no mundo. ¹⁸⁵”

Para White, a escolha do historiador quanto ao modo de narrar também está condicionado à sua decisão quanto às explicações sincrônicas ou diacrônicas da situação que pretende analisar. De acordo com a ênfase dada às relações de continuidade e mudança, podemos perceber a preferência pelos arquétipos narrativos.

Tragédia e sátira são modos de tramar de acordo com o interesse dos historiadores que, dentro ou por detrás da confusão de feitos contidos na crônica, percebem uma persistente estrutura de relações ou um eterno retorno do mesmo no diferente. Romance e comédia acentuam a aparição de novas forças ou condições a partir de processos que, a primeira vista, parecem imutáveis em sua essência(...) ¹⁸⁶.

Além do modo de narrar a trama, o que Hayden White exemplifica como “o que sucedeu” ¹⁸⁷, o relato do historiador possui um segundo nível, o qual explica o sentido de sua narrativa, “o que significa tudo isso” ¹⁸⁸. Para o autor, o historiador deve apresentar leis de explicação histórica, através da construção de uma argumentação nomológico- dedutiva. Essa diferenciação entre o estilo narrativo e a estrutura argumentativa consiste em distinguir o modo de narrar a sucessão dos fatos e a maneira de explicar os motivos que levaram a tal sucessão.

¹⁸⁴ Ibid. p. 20.

¹⁸⁵ WHITE, Hayden. Op.Cit. p. 20.

¹⁸⁶ Ibid. p.21

¹⁸⁷ Ibid. p. 22

¹⁸⁸ Ibid. p. 22.

Admitimos que uma coisa é representar o que sucedeu e porque sucedeu assim e outra muito distinta é proporcionar um modelo verbal, em forma de narração, pelo qual explicar-se-á o processo de desenvolvimento que leva de uma situação a outra, apelando a leis gerais de causalidade.¹⁸⁹

É nesse momento que Hayden White aponta para o que considera um dos principais problemas da historiografia: a inexistência de um acordo dentre os historiadores quanto às leis da causalidade social, presentes na sequência de eventos. Para o autor, esse desacordo demonstra o caráter protocientífico deste ofício, uma vez que “as explicações históricas tem que se basear em distintos pressupostos metahistóricos sobre a natureza do campo, pressupostos que geram distintas concepções do tipo de explicações que podem ser utilizadas em uma análise historiográfica¹⁹⁰”. De acordo com White, cada concepção do conceito história carrega consigo uma distinta explicação para a tarefa do historiador. Ele identifica, a partir da teoria de Stephen C. Pepper, quatro paradigmas que explicam as diferentes concepções de história no século XIX, quatro argumentos discursivos que estruturam as interpretações historiográficas da época: formalista, orgânica, mecanicista e contextualista.

A teoria formalista caracteriza-se, de acordo com o autor, pela identificação de objetos exclusivos do campo histórico¹⁹¹, ou seja, a análise de particularidades presentes em determinado tempo histórico e a classificação de tais especificidades. Caracterizar objetos significa esclarecer ao leitor a particularidade de determinado campo histórico. Descrever, portanto, os fenômenos analisados, no intuito de apresentar sua unicidade sem se preocupar com generalizações.

Para empregar os termos de Pepper, o formalismo é essencialmente dispersivo nas operações analíticas que realiza sobre os dados, ao invés de integrativo, como tendem as explicações tanto organicistas como mecanicistas. Assim, ainda quando uma estratégia explicativa formista tende a ser de amplo alcance – amplia os tipos de particularidades que ocupam o campo histórico – suas generalizações

¹⁸⁹ Ibid. p. 23

¹⁹⁰ Ibid. p. 23.

¹⁹¹ Hayden White utiliza o conceito de campo história presente na obra de Keneth Burke, **A Grammar of Motives**, pp. 3-20. De acordo com Burke, todas as representações da realidade devem ser analisadas a partir de cinco elementos estruturais: cenário, agente, ato, agência e propósito.

sobre os processos discernidos no campo tenderam a carecer de precisão conceitual¹⁹².

Para Hayden White, tanto Michelet quanto Herder, possuíam em seu discurso histórico, características formalistas, uma vez que se preocupavam em discernir as diferentes figuras presentes na paisagem histórica. Apesar de não enxergarem o processo histórico como um todo harmônico, o autor defende que a diferença entre os autores está na concepção que ambos possuem da história. Herder a concebia como um processo gradual de transformação, no qual a humanidade passa de um conjunto único de particularidades a outro. Michelet, por sua vez, encarava a história como uma série de cataclismos, originários das tensões presentes no processo histórico. “Assim como Ranke, Michelet levava a sério a luta e o conflito, como aspectos inelutáveis da existência histórica¹⁹³.”

Na hipótese organicista do discurso historiográfico, a argumentação do autor torna-se mais “integrada”, de acordo com Hayden White. O historiador que se apoia nessa construção nomológico-dedutiva tende a descrever as particularidades do campo histórico como componentes de um processo sintético. A variedade de eventos, para o organicista, integra-se a um processo teleológico, no qual as especificidades ganham sentido ao serem compreendidas como engrenagens de um todo maior, um telos. O historiador, portanto, parte de princípios que norteiam o desenrolar histórico e tais ideias dão significado a eventos, os quais se tomados isoladamente, tornam-se fortuitos. Para o autor os maiores exemplos dessa estratégia argumentativa são Ranke e os historiadores “nacionalistas” do século XIX, como Sybel e Mommsen:

(...) [Eles] tendem a estruturar a sua narrativa de maneira que represente a consolidação ou cristalização, a partir de um conjunto de feitos de alguma entidade integrada cuja importância é maior que a de qualquer entidade individual analisada ou descrita no curso da narração¹⁹⁴.

Apesar de Ranke encaixar-se na argumentação organicista da história, ele resiste em identificar um telos para sua historiografia e se contenta a determinar finais provisórios ao processo histórico que estrutura, como nação, cultura etc. No entanto, ainda que possua características formalistas em seu discurso, para White,

¹⁹² WHITE, Hayden. Op.Cit. p. 25.

¹⁹³ Ibid. p. 153.

¹⁹⁴ WHITE, Hayden. Op.Cit. p. 26.

“a estrutura e coerência formal de sua narrativa, enquanto explicação dos processos que pinta, provém principalmente de seu recurso tácito ao modelo organicista (...)”.

O organicista tende a falar dos princípios ou das ideias que informam os processos individuais discernidos no campo e todos os processos tomados em conjunto. Esses princípios ou ideias são vistos como imagem ou prefiguração do fim ao que tende o processo em seu conjunto. Não funcionam como agentes causais, salvo em historiadores de orientação decididamente mística ou teológica(...). Na realidade, para o organicista, tais princípios ou ideias funcionam não como restrições da capacidade humana, (...) senão como garantias de uma liberdade humana essencial¹⁹⁵.

Diferente dos organicistas, os mecanicistas enxergam tais princípios, descritos acima, como restrições à ação humana. A teoria mecanicista baseia-se na busca de leis causas, capazes de explicar os processos históricos. Tais historiadores, como Karl Marx e Tocqueville, possuíam como objetivo desvendar estas leis que movem as ações da humanidade e narrar como tais operam. Para estes intelectuais, portanto, as ações individuais submetem-se aos princípios causas que as governam, assim como ocorre nas ciências da natureza.

Assim, em um historiador como Tocqueville, os atributos particulares de determinada instituição, costume, lei, forma de arte ou outra coisa, são menos importantes como evidência que a espécie, classe, tipificação genérica que por análise pode-se demonstrar como exemplo. E essas tipificações por sua vez são consideradas por Tocqueville – e na realidade por Buckle, Marx e Tayne – menos importantes que as leis estruturais e do processo social que governam o curso da história ocidental(...)¹⁹⁶.

Como podemos perceber, de um ponto de vista formalista, as teorias mecanicistas e organicistas acabam por simplificar as particularidades dos eventos, em busca de um enquadramento macro esquemático. Contudo a argumentação formalista não é a única, como nos mostra Hayden White, a preconizar as especificidades das ações, presentes no campo histórico:

O pressuposto do contextualismo é que os acontecimentos podem ser explicados colocando-os no contexto de sua ocorrência. Porque ocorreram como ocorreram explicar-se-á pela revelação das relações específicas que possuíam com outros eventos ocorridos em seu espaço histórico circundante¹⁹⁷.

¹⁹⁵ Ibid. p. 27

¹⁹⁶ Ibid. p. 27

¹⁹⁷ WHITE, Hayden. Op.Cit. p.28.

Assim como o formalismo, o contextualismo foca-se primeiramente na particularidade do acontecimento histórico, demonstrando com riqueza analítica todas as suas peculiaridades, as quais o tornam singular. No entanto, sua diferença consiste na tentativa de coligar a singularidade analisada com o presente sociocultural que o circunda. Tal teoria procura afastar-se da narrativa dispersiva do formalismo, da mesma maneira que intenta evitar o abstracionismo reduutivo das teorias mecanicistas e organicistas. Ao invés de estruturar suas explicações históricas em leis universais ou princípios teleológicos, o contextualista busca interpretar tais eventos através de relações específicas do momento em questão. Através da análise de elos que vinculam o evento a diferentes áreas do contexto histórico, o autor torna-se capaz de analisar o espaço social que o engloba, a fim de compreender suas origens, efeitos e influência. Para Hayden White Burckhardt foi o principal representante desta estrutura argumentativa:

Exemplos deste tipo de estratégia explicativa podem ser encontradas em qualquer historiador digno desse nome, desde Heródoto até Huizinga, mas encontramos como expressão deste princípio de explicação no século XIX a obra de Jacob Burckhardt. (...) O fluir do tempo histórico é visto pelo contextualista como um movimento similar ao das ondas (isto o indica explicitamente Burckhardt), em que algumas fases ou culminações são consideradas como intrinsecamente mais significativas que outras.¹⁹⁸

O modo contextualista inclina-se, portanto, a explicações sincrônicas do tempo, uma vez que a tentativa de abarcar uma visão mais generalizante do processo histórico acabaria por levar o historiador a uma redução mecanicista ou organicista de explicação. White nos demonstra que qualquer um destes quatro modelos de argumentação pode ser utilizado pelo historiador, uma vez que a natureza protocientífica do ofício impede-nos de identificar bases epistemológicas específicas que defendam um modelo argumentativo em contraposição aos demais. Ele afirma que no século XX a maioria dos historiadores afastou-se das modalidades argumentativas generalizantes para aproximarem-se dos modelos formalistas e contextualistas. No entanto, defende que tal preferência pode ser explicada unicamente por motivos ideológicos, visto que, por não ser uma ciência rigorosa, a seu ver, tal hostilidade parece-lhe apenas como um *establishment* profissional.

¹⁹⁸ Ibid. p. 28

O compromisso com as técnicas dispersivas do formalismo e do contextualismo refletem somente uma decisão por parte dos historiadores de não intentar o tipo de integração de dados que o organicionismo e o mecanicismo sancionam como coisa normal. Essa decisão, por sua vez, pareceria basear-se em opiniões sustentadas de maneira precritica sobre a forma que uma ciência do homem e da sociedade deve adotar. E essas opiniões, por sua vez, pareceriam ser de natureza ética e especificamente ideológica¹⁹⁹.

Por conseguinte, percebemos que, para o autor, há sempre um componente ideológico que perpassa a escolha do historiador perante as diferentes representações históricas da realidade. A internalização de determinada ideologia predetermina a maneira como o historiador concebe o mundo e, conseqüentemente a maneira com a qual representará o conhecimento sobre tal.

O compromisso com determinada forma particular de conhecimento predetermina os tipos de generalizações que se pode fazer sobre o mundo presente, os tipos de conhecimento que se pode ter dele e, portanto, os tipos de projeto que se pode legitimamente conceber para mudar esse presente ou para mantê-lo indefinidamente em sua forma presente²⁰⁰.

Ao basear-se na análise de Karl Mannheim em *Ideology and Utopia*, Hayden White identifica quatro posições ideológicas básicas, as quais predeterminam a escolha de uma posição argumentativa para as explicações históricas dos autores do século XIX: anarquismo, conservadorismo, radicalismo e liberalismo. Para o autor, “assim como cada ideologia vem acompanhada por uma ideia específica da história, (...) cada ideia da história vem acompanhada por implicações ideológicas determináveis²⁰¹.”

O conservadorismo consiste na implicação ideológica menos propensa a mudanças, pois conservadores tendem a encarar as transformações sociais com desconfiança. Estes persistem em adotar um ritmo ‘natural’, análogo às gradações de tipo vegetal, como assinala Mannheim²⁰². Para conservadores, as modificações sociais não devem abalar os alicerces estruturais, sob os quais a sociedade sustenta-se. A ideologia liberal, tal qual a conservadora, concebe a composição estrutural da sociedade como algo sólido, por isso, apesar de encarar as mudanças como transformações inevitáveis, encaram-nas como alterações particulares, incapazes de desconstruir os alicerces sociais. Radicais e anarquistas, por sua vez,

¹⁹⁹ WHITE, Hayden. Op.Cit. p. 31

²⁰⁰ Ibid. p. 31

²⁰¹ Ibid.p.34.

²⁰² WHITE, Hayden. Op.Cit. p. 34.

encaram as modificações profundas como transformações necessárias. Para o primeiro, tal cataclismo torna-se imprescindível para a reconstrução de uma nova organização societária, enquanto que para o segundo, tal revolução é indispensável para a abolição da ordem social e introdução de uma organização comunitária, na qual os indivíduos manter-se-ão unidos através do “sentimento compartilhado de sua “humanidade” comum.”²⁰³

Em minha opinião não há terreno extraideológico no qual julgar entre as concepções rivais do processo e conhecimento histórico que as ideologias invocam. Porque, como tais concepções tem sua origem em considerações éticas, a adoção de determinada posição epistemológica pela qual julgar sua adequação cognitiva não representaria mais que outra eleição ética. Não posso afirmar que uma das concepções seja mais “realista” que as demais, porque justamente no que discrepam é quanto à questão do que constitui um critério adequado de “realismo”²⁰⁴.

Para Hayden White, portanto, não há como afirmar a melhor maneira de se narrar uma obra historiográfica, visto que esta não passa de um método discursivo, o qual se pretende científico, mas, na realidade, não possui o mínimo rigor metodológico para alcançar um patamar epistemológico. As múltiplas possibilidades de encarar o discurso historiográfico justificam-se por ser orientado por bases morais e éticas, as quais não podem ser julgadas por critérios científicos.

Boa parte da melhor reflexão histórica do século XX tem se dedicado (...) a superar a condição de ironia em que caiu a consciência histórica do século XIX. (...) Em suma, o velho Kant tinha razão: estamos em liberdade para conceber a história como queiramos, assim como estamos em liberdade para fazer dela o que nos convém²⁰⁵.

Se o autor supracitado encara a historiografia como um método discursivo possuidor de diferentes estilos narrativos, assim como qualquer escrita ficcional, por que iniciar o capítulo com a tese de Hayden White sobre o fazer história? Sua obra destaca-se como um dos exemplos das críticas ao ofício do historiador, realizadas durante o século XX. O pensamento pós-moderno caracterizou-se pela grande suspeita quanto à representação da realidade e pelo questionamento quanto à diferenciação entre os campos ficcional e historiográfico. Contudo, apesar de não concordar com sua tentativa em demonstrar a historiografia como um gênero

²⁰³ WHITE, Hayden. Op.Cit. p.34.

²⁰⁴ Ibid. p.36

²⁰⁵ Ibid. p.412.

ficcional, sua defesa quanto à impossibilidade de reconstruir objetivamente o passado é muito válida, assim como as múltiplas possibilidades de narrar um determinado evento histórico.

Luiz Costa Lima afirma em sua obra **História Literatura e Ficção** que um dos estigmas do Ocidente consiste na carência de uma reflexão comparativo-constitutiva entre a poesia e a história. Hayden White foi um dos poucos pensadores do século XX que ousaram reagir contra a drástica separação entre as expressões historiográfica e poética. De acordo com White a disciplina historiográfica encontrou amplo reconhecimento a partir do século XIX. Tal profissionalização, como podemos perceber na citação abaixo, era determinada por uma concepção documentalista, marcada por um empirismo ingênuo por se pretender objetivo.

Às vezes se diz que a finalidade do historiador é explicar o passado, “falando”, “identificando” ou “revelando” os “relatos” que jazem ocultos nas crônicas; e que a diferença entre “história” e “ficção” reside na crença de que o historiador “fala” seus relatos, enquanto que o escritor de ficção “inventa” os seus. Esta concepção da tarefa do historiador, sem embargo, oculta que a “invenção” também desempenha um papel nas operações dos historiadores²⁰⁶.

A crítica de White à historiografia da época era, de fato, contundente e necessária para o questionamento do estatuto epistemológico da explicação histórica. No entanto, a alternativa apresentada pelo autor trouxe à tona novas questões polêmicas, devido ao caráter cético de sua argumentação. Para ele, as narrativas históricas nada mais são do que “ficções verbais, cujos conteúdos são tão inventados como achados e cujas formas têm mais em comum com seus correlatos na literatura do que nas ciências.²⁰⁷” White suprime as condições pré-verbais que impediriam a escrita da história de ser entendida como um ramo da hermenêutica. A poesia por sua vez, como atualização do princípio ficcional, não pretende ser a última palavra, ou seja, o texto ficcional tem como regra básica o “duvidar de si mesmo”. Tal supressão da aporia historiográfica, a verdade do que houve – mesmo que atualmente saibamos da impossibilidade de tal empreendimento devemos mantê-lo como orientador aporético da narrativa historiográfica, para que não haja uma transgressão do real como no caso do

²⁰⁶ WHITE, Hayden. P.18.

²⁰⁷ LIMA, Luiz Costa. **História. Literatura. Ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 p. 37

âmbito ficcional -, leva Hayden White a converter a história em uma modalidade de ficção.

Ao ignorar a especificidade da escrita da história, ou seja, sua preocupação primeira com a verdade, Hayden White manteve-se na antiga dualidade verdade/mentira, a qual subjugou a ficção ao campo do embuste e, no século XX, acabou por carregar a historiografia consigo. A preocupação com a construção narrativa da obra historiográfica levou ao segundo plano a questão da verdade, a qual, mesmo havendo perdido sua condição unívoca e preponderante dos tempos de outrora, ainda permanece importante para a manutenção da responsabilidade do historiador durante o ato de criação. Arnaldo Momigliano já indicava a desatenção de White com a aporia histórica na abertura do ensaio *Metahistory* em 1973:

Devo começar por dizer que a razão básica de meu desacordo com Hayden White (...) é antes acerca do futuro do que a propósito do passado. Temo as consequências de sua abordagem da historiografia porque eliminou a pesquisa da verdade como a tarefa principal do historiador²⁰⁸.

Luiz Costa Lima ao analisar a obra de Tucídides demonstra que, assim como os poetas, o historiador possui uma preocupação com a construção narrativa de sua obra, no entanto, analisar tal construção como o cerne da produção historiográfica é ignorar seu princípio diferenciador:

O cuidado com a construção textual pressupõe que já não se tome a linguagem como simples modo de referência de conteúdos factuais. Preocupar-se com a construção do texto não supõe considerar-se a verdade (*alethéia*) uma falácia convencional; a procura de dar conta do que houve e por que assim foi é o princípio diferenciador da escrita da história. Ela é a sua aporia²⁰⁹.

A despreocupação de Hayden White com o compromisso aporético do historiador pode ser compreendida se retornarmos às suas citações acima e destacarmos duas frases, as quais nos ajudarão a entender sua crítica quanto à linguagem e a representação do real. Primeira: “a diferença entre “história” e “ficção” reside na crença de que o historiador “fala” seus relatos, enquanto que o escritor de ficção “inventa” os seus²¹⁰”. A oposição historiador/poeta remonta à

²⁰⁸ MOMIGLIANO, Arnaldo. Apud LIMA, Luiz Costa. **História. Literatura. Ficção.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006. P.35

²⁰⁹ LIMA, Luiz Costa. Op.Cit. p. 37.

²¹⁰ WHITE, Hayden. Op.Cit. p.18

história da cristandade, na qual o estabelecimento de uma verdade rigorosa presente nos Evangelhos relegou ao ficcional o papel negativo de mero opositor. Como vimos no primeiro capítulo, a ficção acabou por tornar-se uma oposição maniqueísta da verdade, devido à negação da ação criadora do imaginário e o pressuposto de uma sobriedade epistemológica. Apenas na historiografia a ficção manteve-se como instrumento retórico, pois nas demais narrativas ela é substituída pela alegoria, na qual a ficção transforma-se em momento da verdade.

A subordinação da arte poética à arte retórica, com a ascensão do cristianismo, levou a deformação do conceito mimético de Aristóteles. Para o autor grego, a *mimesis* possuía um vetor de semelhança e de diferença, os quais, combinados, a diferiam de uma mera imitação do real. Apesar da visão orgânica de mundo grega impedir que a *mimesis* pudesse ser compreendida como um ato de criação transgressor do real, como será mais tarde encarada por Luiz Costa Lima, esta também não se reduzia ao espaço da utilidade. Os pensadores cristãos retomaram a *mimesis* concebida por Horácio e traduzida como *imitatio*, a qual, ao privilegiar o vetor da semelhança, ignorou o poder criativo da produção mimética e a encarou como “espelho” da realidade. Essa modificação na concepção grega de *mimesis* para a concepção latina leva a uma dicotomia entre o útil, história, e o deleite, ficção. Ao compreender a ficção através das lentes desta polarização verdade/*fictio*, podemos perceber sua manutenção na obra de Hayden White: a história se quer objetiva, “falar” o passado, enquanto a ficção o inventa. No entanto, o autor se propõe a criticar tal transparência e capacidade historiográfica. Por que então o colocamos como o mantenedor desta dicotomia? O problema reside na teorização da linguagem promovida pelos intelectuais da época. Enquanto os séculos posteriores valorizavam a utilidade histórica por defenderem a transparência linguística e acreditarem em seu potencial revelador, o século XX, por sua vez, passou a valorizar a ficção, na medida em que desconfiava da potencialidade historiográfica de falar a verdade do corrido. Se antes a história era encarada como útil e a ficção como mero embuste, o qual possuía como única possibilidade de redenção, a subordinação à religião, o pós-modernismo, ao criticar a objetividade narrativa, inverteu a hierarquia, contudo a manteve, uma vez que redimiou a ficção e submeteu a historiografia às garras da invenção.

Neste momento, podemos retomar a segunda citação de Hayden White:

Não posso afirmar que uma das concepções seja mais “realista” que as demais, porque justamente no que discrepam é quanto à questão do que constitui um critério adequado de “realismo”²¹¹.

A própria noção de realismo baseia-se na possibilidade de aproximação e afastamento do real, uma gradação que tem como prerrogativa a dicotomia realidade/ ficção. Portanto, esta se manteve apesar da tentativa do autor em rechaçá-la.

Para acabar com essa dicotomia realidade/ficção, devemos retornar a obra de Luiz Costa Lima e sua retomada da *mimesis* aristotélica. A genialidade de Aristóteles residia na distinção entre *Natura naturans* e *Natura naturata*, ou seja, na distinção entre produção e produzido²¹². Apesar de a cosmogonia grega impedir a introdução da novidade, por meio da ação humana, a *mimesis* aristotélica, ao assumir o caráter de produção, concebe-se como semente, possuidora do germe de criação dentro de si. Contudo, ao manter-se submissa a uma noção de verdade absoluta, Aristóteles acabou por limitar o poder criador da representação mimética. Repensada por Luiz Costa Lima a partir de novos conceitos como sujeito fraturado e representação-efeito, o autor rompe com a antiga cosmogonia grega e libera o poder criador do mímema.

Para Aristóteles, a *mimesis* origina-se de um desejo primário em conhecer, através de suas representações, a realidade que o cerca. O desejo para o autor grego encontrava-se em um objeto externo e a necessidade humana de apreendê-lo²¹³. O questionamento não se encontrava no sujeito, nunca antes posto em questão, mas sim na representação do mundo e na vontade do homem em desvendá-lo. Durante o século XX, o sujeito cartesiano, formulado no século XVII, capaz de controlar inteiramente suas representações do mundo, foi descartado, devido ao questionamento de sua possibilidade de apreender a realidade. Será, portanto, apenas com a separação entre Ser e pensar e a compreensão de um sujeito fraturado, incapaz de abranger-se por completo, que se

²¹¹ WHITE, Hayden. Op.Cit. p.36.

²¹² LIMA, Luiz Costa. **Mimesis: Desafio ao pensamento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. P.322

²¹³ Aristoteles ARISTOTELES. **The Complete Work of Aristotle**. Princeton: Princeton University Press, 1984. p. 2318

torna possível reposicionar esse desejo mimético, passando a compreendê-lo como algo interno, um desejo de conhecer-se. A partir daí, Costa Lima, nos apresenta uma nova relação da *mimesis* com o real, a qual se constitui por uma via de mão dupla - recebe as representações de mundo, mas sem se manter preso a elas. Uma representação mimética capaz de modificar nossas visões sobre a realidade circundante. Dessa forma, ao reestruturá-la através da abolição do sujeito solar - capaz de representar o mundo “tal qual ele é” – e substituição por um sujeito fraturado – impossibilitado, portanto, de espelhar aquilo que intenciona -, Costa Lima nos apresenta uma *mimesis* produtora, autônoma à representação de mundo que inicialmente pretendia criar.

Ao acentuar a diferença como o principal vetor da atividade mimética, Costa Lima compreende a representação como algo que não se subordina à realidade - muito menos ao âmbito do utilitário – posto que a transgride. Apoiando-se na teoria de Wolfgang Iser, a recepção passa a ser concebida como representação-efeito, no qual significado transforma-se em uma recepção ativa, a qual modifica a realidade recebida em algo novo. Contudo, o importante é perceber que essa transformação não apaga por completo os traços daquilo que recebera. Tal abordagem, denominada por Iser como realidade repetida, mantém de maneira indeterminada parte do real contido na recepção. Todavia tentar alcançar a gradação do real contida em tal representação-efeito seria uma busca infrutífera, uma vez que anularia sua condição primeira: a indeterminabilidade. Podemos perceber, portanto, que a tese do “realismo” apresentada por Hayden White cai por terra ao adotarmos a representação-efeito como fundamental à compreensão do texto ficcional e do texto historiográfico: “ao caracterizá-lo por esse grau, confundimos a ficção com a fantasia e, a seguir, ou a desprezamos – atitude realista -, ou a valorizamos – atitude antirrealista – (...).²¹⁴”

O mímema, de acordo com Costa Lima, pode ser compreendido como *mimesis* de produção, o qual transgride o horizonte de expectativas do receptor; ou como *mimesis* de representação, a qual não se confunde com o enquadramento integral ao horizonte de expectativas, mas também não consiste em sua total subversão. O gênero ficcional está aberto à possibilidade da *mimesis* de produção,

²¹⁴ LIMA, Luiz Costa. **História. Literatura. Ficção.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006 p.282

pois devido ao seu descompromisso com o real, é capaz de ativar o imaginário e dar liberdade à transgressão do quadro referencial experimentado. Esta não se opõe a “verdade”, nem pretende conformar-se a ela, mas sim colocá-la em suspensão. A história, por sua vez, é sempre encarada como um mímema de representação, cuja aporia refere-se a um compromisso com a “verdade” do ocorrido e, com isso, impede que tal narrativa ultrapasse por completo o horizonte de expectativa do receptor.

Apesar de rejeitarmos a tese de Hayden White quanto à consideração da história como um discurso ficcional, sua crítica ao positivismo concedido à história foi válida e importante para a renovação da historiografia do século XX. História e ficção se distinguiriam como modos diferenciais da narrativa. Ainda que possua a *alétheia* como princípio, o discurso historiográfico não a exaure, uma vez que sua pretensão é dizer como em um tempo preciso, de acordo com a perspectiva que o historiador possui, instituições e ações se motivaram. A verdade da história, portanto, sempre mantém um lado obscuro, algo não indagado. Assim como Hayden White afirmara em sua obra, a dimensão estética é de suma importância para a construção do argumento historiográfico, apesar da construção verbal não ser, como o autor tentara demonstrar, o princípio fundamental concernente à escrita da história. Apesar da desconfiança de autores como White ter nos afastado da antiga ingenuidade quanto à transparência do relato, isso não invalida o pressuposto historiográfico, uma vez que, mais importante do que alcançar a verdade do ocorrido, reside a manutenção do compromisso com tal verdade, durante o ato de criação.

“A história ‘verdadeira’ não é memorial ou historie, mas (...) pesquisa e busca da verdade, i.e., também investigação, no sentido judiciário do termo” (HARTOG, F. 1982, 24) A relevância da passagem está na qualificação da verdade historiográfica como investigação judiciária. (...) À semelhança da verdade judiciária, a verdade historiográfica supõe o julgamento de um processo efetuado por um agente qualificado²¹⁵.

Como podemos perceber na passagem acima, apenas desejar escrever uma obra historiográfica não é o bastante para de fato realizá-la. O historiador, no intuito de manter seu compromisso aporético, deve qualificar-se para tal, ou seja, deve haver um rigor metodológico que possibilite a manutenção de sua

²¹⁵ LIMA, Luiz Costa. História Op.Cit. p. 137.

responsabilidade para com o ofício. De acordo com Reinhart Koselleck, em uma narrativa historiográfica, “tudo pode ser explicado, mas não de qualquer maneira”²¹⁶.

Para Koselleck o fato da “história” já se encontrar previamente configurada antes mesmo de tomar forma na linguagem, acaba por limitar o potencial mimético da tarefa do historiador, além de exigir deste o retorno às fontes, em busca da concessão de legitimidade ao seu trabalho. Ao analisar tais documentos, nosso autor nos adverte quanto às inúmeras camadas de tempo, as quais deverão ser abordadas com diferentes aproximações metodológicas. Assim como White, Koselleck também admite que durante a o ato de criação do historiador narração e descrição estão intrinsecamente ligadas, o que significa assumir a existência de um espaço à criação ficcional dentro da produção historiográfica.

No entanto, admitir que a escrita da história possua uma dimensão estética importante para a construção de seu argumento não significa afastá-la de seu compromisso primeiro com a verdade do ocorrido. O sujeito, durante o ato de criação, apesar de suas fraturas, as quais impossibilitam o total controle quanto à recepção de sua obra, deve manter-se fiel à aporia da narrativa que escolhera produzir. Há, portanto, uma hierarquia de intenções, a qual o impede, se de fato, o autor for bem sucedido em seu processo criativo, de ultrapassar as barreiras autoimpostas por seu compromisso. Desejar produzir uma narrativa que deleite e seduza o leitor não pode dar lugar a um descaso com o rigor metodológico, pois este permanece como o principal limitador da imaginação criativa, aquilo que manterá sua narrativa como um mímema de representação.

Todo evento investigado e representado historicamente nutre-se da ficção do factual, mas a realidade propriamente dita já não pode mais ser apreendida. Com isso não se quer dizer que o evento histórico seja estabelecido sem cuidado ou de maneira arbitrária, uma vez que o controle das fontes assegura a exclusão daquilo que não deve ser dito²¹⁷.

A partir da passagem acima percebemos que são as fontes que melhor controlam o potencial criador da narrativa histórica, pois elas cerceiam o conteúdo

²¹⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC, 2006. P. 141.

²¹⁷ KOSELLECK, Reinhart. Op.Cit. p. 141.

da obra historiográfica. No entanto, apesar do historiador estar sujeito ao testemunho de realidades passadas, por um lado, por outro permanece em liberdade para interpretá-los da maneira que lhe aprouver, pois “quando interpreta um evento a partir das fontes, ele se aproxima daquele narrador literário que se submete à ficção contida nos fatos para tornar verossímil a sua narrativa.²¹⁸” Isso significa dizer que as afirmações históricas estão condicionadas a um determinado ponto de vista. Podemos, portanto, encarar o mesmo evento histórico por diferentes perspectivas e isso corresponderá a uma alteração no discurso e argumentação historiográfica.

É antiga a certeza do historiador quanto ao fato de que sua tarefa consiste primordialmente em buscar a verdade e transmiti-la. (...) Já a afirmação de que só se pode encontrar a verdade quando se adota um ponto de vista fixo ou mesmo quando se toma um partido, essa nasce nos tempos modernos. (...) A velha tríade lugar, tempo e pessoa também está presente na obra do historiador. Caso se altere um desses três elementos trata-se já de uma outra obra, ainda que se debruce ou pareça debruçar-se sobre o mesmo objeto²¹⁹.

Tal afirmação de Koselleck também poderia ter sido retirada da obra de Hayden White, pois como vimos acima, o historiador inglês também tinha consciência dos diferentes argumentos históricos que poderiam ser produzidos através da análise das mesmas fontes. A única diferença entre ambos consiste nas conclusões que tiraram quanto a mesma observação: White defendia a história como protocientífica, já que incapaz de criar uma metodologia única para argumentar o passado. Koselleck, por sua vez enxergou nas diversas perspectivas quanto aos documentos históricos a riqueza e potencialidade do conhecimento historiográfico e da diversidade metodológica que se desenvolveu com o passar dos anos:

A ciência histórica atual se encontra, portanto, sob duas exigências mutuamente excludentes: fazer afirmações verdadeiras e, apesar disso, admitir e considerar a relatividade delas. Nesse dilema ela se defende com diferentes argumentos. Citamos dois: primeiramente, os historiadores podem referir-se ao enorme êxito que a ciência histórica (...) desde os inícios da época moderna alcançou com seus métodos. (...) O segundo argumento procura enfraquecer (...) a crítica ao subjetivismo ou relativismo. Também a ciência histórica teria desenvolvido uma arte metodológica que lhe permitira atingir proposições objetivas²²⁰.

²¹⁸ Ibid. p.141.

²¹⁹ Ibid. 161.

²²⁰ KOSELLECK, Reinhart. Op.Cit. p. 163.

De acordo com Reinhart Koselleck, desde a época de Luciano e Cícero, o relato do historiador passou a ser encarado como narrativa fiel à verdade. A preocupação com os perigos do reino dos fabulistas para a credibilidade historiográfica fez com que a história fosse encarada naquele momento como capaz de dar vida à verdade em si, ausente de qualquer parcialidade e ponto de vista por parte daquele que narra. Koselleck destaca a metáfora do espelho como o melhor exemplo para compreendermos esse realismo ingênuo: “A imagem que o historiador, semelhante a um espelho, deve refletir não deve ser deturpada, empalidecida ou deformada.”²²¹

Até o século XVIII permanece manifesta a percepção da verdade histórica como aquela que deve falar por si, obrigando, portanto, o historiador a abster-se – ou melhor, tentar abster-se, pois hoje sabemos da impossibilidade de tal abstenção - de qualquer posição durante o ato de escrita.

Seja por meio de Voss, que define ainda a história, em 1623, ainda como *speculum vitae humanae*, seja por meio da ênfase dada pelos iluministas ao proveito moral, exigindo por isso que a representação histórica ofereça ao homem ‘um espelho imparcial de suas obrigações e relações’²²².

O postulado científico da objetividade histórica, portanto, permaneceu inalterado e legítimo até mesmo por aqueles que em determinados momentos contestaram, sua verdadeira habilidade em alcançá-la. Ranke é um exemplo destes historiadores que duvidaram da própria capacidade objetiva de seu relato, apesar de permanecer um fiel aspirante à imparcialidade, pois nunca questionou sua necessidade para a escrita historiográfica, como podemos perceber na citação a seguir: “Eu gostaria de poder apagar meu próprio eu, dando voz apenas às coisas que se manifestam por meio de forças poderosas.”²²³

Contudo, de acordo com Koselleck, não foi essa velha concepção dos procedimentos historiográficos que constituiu o mundo histórico moderno. Esta surge através de um movimento reflexivo sobre os pressupostos históricos de ação e conhecimento, os quais deram origem a um novo conceito de história: *Geschichte*.

²²¹ Ibid. p. 164.

²²² Ibid. 164.

²²³ L. von Ranke apud KOSELLECK, Reinhart. Op.Cit. p.164.

O que distingue a história moderna das histórias anteriores é, antes de tudo, o estabelecimento, com a reflexão dos iluministas (Aufklärer), de uma história em si e para si, destituída de um objeto de conhecimento. A história tornou-se um conceito reflexivo²²⁴.

Durante o Iluminismo a história passou a ser concebida como um fluxo, o qual determina as condições para a ação e conhecimento. Isso se tornou possível devido à admissão de um ponto de vista fixo em meio ao movimento histórico. Durante o século XVIII Chladenius (1710-1759) comprovou a impossibilidade de abster-se completamente de um partido ou corporação ao tornar-se um historiador. De acordo com o autor setecentista. “uma história constitui uma unidade em si mesma; sua representação, entretanto, é distinta e diversificada²²⁵.” Em sua perspectiva, portanto, a história em sua singularidade é isenta de parcialidade, seu relato, contudo, parte de uma visão perspética e fragmentada da verdade. De acordo com Koselleck, Chladenius extraiu duas conclusões importantes sobre a tarefa historiográfica: a relatividade de toda testemunho histórico investigado e a relatividade do próprio historiador, uma vez que também parte de um ponto de vista sobre o passado. “Uma história já ocorrida permanece irrevogavelmente igual a si mesma, mas as perspectivas do historiador fragmentam-se como um caleidoscópio, conforme seu ponto departida.²²⁶”

Desde então, a história passa a englobar o argumento do historiador ao invés de rechaçá-lo, passa a constituir, portanto, um pressuposto do próprio conhecimento histórico. Além disso, Chladenius traça um limite para separar historiadores comprometidos com os pressupostos racionais de investigação dos testemunhos do passado e aqueles que se pretendem “criadores de fatos”²²⁷. Em suas palavras, s perspectiva do historiador não leva a uma:

(...) narração de caráter parcial, que, contra a ciência e a consciência, obscurece e inverte [os fatos]. (...) Uma narração imparcial não pode significar o mesmo que narrar algo sem ter um ponto de vista, pois isso é impossível; por sua vez, narrar algo de forma parcial não pode significar o mesmo que narrar segundo seu próprio ponto de vista, pois, nesse caso, todas as narrativas seriam igualmente parciais²²⁸.

²²⁴ KOSELLECK, Reinhart. Ibid. p. 165.

²²⁵ Chladenius apud KOSELLECK, Reinhart. Ibid. p. 169.

²²⁶ KOSELLECK, Reinhart. Ibid. p 169.

²²⁷ KOSELLECK, Reinhart. Op.Cit. p171.

²²⁸ Chladenius apud KOSELLECK, Reinhart. Ibid. p. 170.

A partir dessa constatação quanto a diferença entre a parcialidade do historiador, a qual estrutura-se em um julgamento próprio através da investigação e a parcialidade de um indivíduo despreocupado com o compromisso primeiro do ofício – buscar a verdade do ocorrido através de uma metodologia rigorosa que o impeça de ultrapassar os limites dados pela fonte – Chladenius formou um arcabouço teórico mantido até hoje. “Pois o estudo das fontes possui uma resistência intrínseca e um peso próprio que não podem simplesmente ser deslocados depois, ao bel-prazer, por partidarismos a favor ou contra²²⁹”.

A tese de Chladenius acabou por libertar o historiador das garras da pretensa objetividade, ampliando o escopo histórico, anteriormente fadado a permanecer na história recente, uma vez que se mantinha aprisionado ao testemunho ocular para manter sua legitimidade. Mas sejamos cautelosos em nossas afirmações: Chladenius permaneceu a adotar a testemunha ocular como sua primordial fonte de investigação; assim como a história presente permaneceu como o escopo central de sua obra. Contudo, ao abrir espaço para as interpretações das fontes do passado, além de inserir prospecções futuras em sua análise historiográfica, o historiador, gradativamente, passou a dar-se ao luxo da criação: “avaliar as causas, acompanhar circunstâncias de longo prazo, alterar a disposição do começo e do fim de uma história (...).²³⁰” A partir daí, tornou-se possível, através da análise documental, produzir novas hipóteses, as quais encaminhariam o olhar do pesquisador para a história da humanidade, em detrimento das antigas histórias particulares. Jaz nesse momento, a criação da filosofia da história por escritores como Voltaire, intelectuais cujo principal intento residiria em abranger a história em toda a sua integridade, na busca por seu sentido único, à procura, portanto, do verdadeiro ponto de vista da história.

A fim de lograr uma boa organização dos fatos, o historiador deveria ser capaz de abarcar sua história, como um todo, em um único olhar; deveria virá-la e revirá-la em todos os seus ângulos até encontrar o verdadeiro ponto de vista. Assim ele poderia finalmente esboçar a história como unidade coesa e conduzir os eventos mais importantes a sua causa inicial comum²³¹.

²²⁹ KOSELLECK, Reinhart. Ibid. p 171.

²³⁰ Ibid. p. 171

²³¹ KOSELLECK, Reinhart. Op.Cit. p.171.

Um exemplo destas novas perspectivas adotadas pela historiografia do século XVIII pode ser observado na obra de Thomas Abbt, **História do gênero humano, onde é conhecida na Europa**²³², na qual a posição daquele que narra torna-se central para a argumentação do conteúdo narrado. Vemos, portanto o surgimento de uma nova percepção historiográfica, inédita até aquele momento: a defesa de que “textos diferentes, igualmente legítimos, poderiam ser escritos sobre os mesmos fatos (...)”²³³. Tal relatividade, inicialmente geográfica, acabou por tornar-se, em pouco tempo, uma relatividade temporal. Ainda no século XVIII, o historiador Gatterer já anunciava a diferença perspéctica da história com o decorrer do tempo. Para ele, a história era constituída por uma ação seletiva do historiador e tal seleção era condicionada não só por suas posições políticas ou sociais, mas também por sua distância temporal. “Pouco a pouco, o tempo histórico foi adquirindo uma qualidade capaz de consolidar a experiência, por meio da qual se aprendeu a ver o passado de maneira nova, por obra de um efeito retroativo”²³⁴. De acordo com Koselleck a defesa de que o passar do tempo ajuda na compreensão do passado é o resultado de uma filosofia do progresso pré-revolucionário:

Essa filosofia descobriu uma certa qualidade temporal na história que se esforçava por ver o ontem como fundamentalmente diferente do hoje, o qual por sua vez, seria fundamentalmente diferente do amanhã. O princípio de uma possível repetição dos eventos foi abandonado. (...) História e progresso encontraram seu denominador comum na experiência de um tempo genuinamente histórico²³⁵.

Nesse novo modelo progressista da história, a interpretação do passado era essencial para a compreensão do sentido pelo qual caminharia a humanidade e tomar um partido passou a ser uma ação necessária para a compreensão de tal progresso.

A marcha em direção a um futuro aberto evoca perspectivas partidárias e parciais que, destituídas de critérios de movimento ou direção, não dão resultado. (...) Não se poderia mais acusar um historiador de “parcialidade”, mesmo quando não se partilhasse de sua opinião²³⁶.

²³² Thomas Abbt apud KOSELLECK, Reinhart. Ibid. p 172.

²³³ Ibid. p. 173.

²³⁴ Ibid. p.173.

²³⁵ Ibid. p. 175

²³⁶ KOSELLECK, Reinhart. Op.Cit. p. 179.

Friedrich Schlegel, já nos fim do século XVIII, afirmava a necessidade do historiador em separar os fatos dos pontos de vista partidários, no entanto, tal separação não apagava a obrigação do autor em dar, por fim, seu julgamento crítico quanto aos eventos analisados. “Trata-se da tentativa de salvar a objetividade sem ter que abandonar a tomada de posição”²³⁷. Hegel também tentara em suas obras manter um equilíbrio entre imparcialidade e partidarização. Em suas palavras, “uma historiografia adequada tem de saber distinguir o que é essencial; ela toma partido do essencial e sustenta tudo o que tem relação com ele”²³⁸.

Koselleck pretendia nos apresentar, por meio da análise de diversos intelectuais e suas teorias historiográficas, a diversidade de tentativas em equilibrar tais pressupostos históricos – objetividade e partidarismo - no decorrer do tempo. “Todas elas reagem a uma história que exigiu, por seu contínuo processo de transformação um realinhamento da relação entre passado e futuro”²³⁹. Para o autor alemão esse dilema permanece até hoje e tal afirmação nos faz regressar ao início de nossa explanação, à tese de Hayden White, o qual já no século XX, retorna a pôr em xeque a cientificidade historiográfica ao destacar seu caráter partidário – a verdade histórica para White está condicionada a uma posição ideológica, a qual condicionará a construção argumentativa da obra. No entanto, apesar de expor a tensão existente no ofício do historiador quanto ao balanceio entre objetividade e parcialidade, Koselleck, como já afirmamos anteriormente, em nenhum momento questiona a importância do trabalho historiográfico. Para ele, a disputa entre objetivismo e partidarismo não enfraqueceu o campo, pois ambos os lados foram capazes de dar grandes contribuições para a ampliação do conhecimento histórico.

Além de demonstrar a riqueza promovida pelas discussões teóricas no campo da história, Koselleck vai além, ao deixar claro para aqueles que se utilizam da maleabilidade dos argumentos históricos para propagar a dúvida quanto à cientificidade do trabalho do historiador, que, somado ao compromisso com a verdade do ocorrido, o rigor metodológico perante as fontes afastam o

²³⁷ Ibid. p. 179.

²³⁸ HEGEL apud KOSELLECK, Reinhart. Ibid. p. 180.

²³⁹ Ibid. p. 183

ofício de qualquer suspeita quanto a sua eficiência em alcançar variados e enriquecedores conhecimentos, os quais nos elucidam passado e presente.

O método histórico tem uma racionalidade própria. A autenticidade de certidões, a datação de documentos (...) tudo isso pode ser determinado como uma exatidão semelhante àquela das ciências naturais, de modo que os resultados sejam universalmente comunicáveis, controláveis, independentemente da localização e do ponto de vista do historiador. Esse cânone da exatidão metodológica, aperfeiçoado ao longo dos séculos, garante um antídoto seguro contra afirmações aleatórias que alardeiam uma segurança que decorre apenas de uma certeza auto-infundida²⁴⁰.

A responsabilidade do historiador perante seu compromisso aporético, associada à limitação do poder mimético através da análise das fontes históricas nos leva a diferença entre a obra historiográfica e a obra ficcional. “Elas [as fontes] nos proibem de arriscar ou de admitir interpretações as quais, sob a perspectiva da investigação de fontes, podem ser consideradas simplesmente falsas ou inadmissíveis²⁴¹.”

Contudo, devemos finalizar ressaltando que, apesar de nos impedir de transgredir o real, as fontes não falam por si só. Para que estas se pronunciem, cabe ao historiador criar as perguntas, além de elaborar a construção argumentativa, essencial para a eloquência do discurso. Parcialidade e objetividade, portanto, voltam a se realinhar como processos indispensáveis à realização da obra historiográfica.

²⁴⁰ KOSELLECK, Reinhart. Op.Cit. p. 185.

²⁴¹ KOSELLECK, Reinhart. Op.Cit. p. 188.